

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROTOCOLO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS: ARTICULAÇÕES ENTRE FORMAÇÃO E PRÁTICA NA REDE MUNICIPAL DE ASSIS/SP

Thiago Corado Lima

Supervisor de Ensino – Secretaria Municipal da Educação de Assis/SP
Doutorando – PPGE/ UNESP- campus Marília/SP

Tânia Tânus Salvadori

Psicóloga na Secretaria Municipal da Educação de Assis/SP

Viviane Maria de Oliveira Segatelli Souza

Assistente Social na Secretaria Municipal da Educação de Assis/SP

Resumo

O presente texto configura-se como relato de experiência profissional fruto do trabalho desenvolvido pela Equipe Multiprofissional da Educação de Assis/SP, composta por profissionais da Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, que trata da implementação do protocolo de enfrentamento à violência contra crianças na rede municipal de Educação. A experiência fundamenta-se na constatação de fragilidades no manejo de situações de suspeita ou confirmação de violência, evidenciadas por insegurança, resistência e ausência de formação específica das profissionais para lidar com uma temática complexa e sensível, e ainda a qualificação dos registros e à articulação com a rede de proteção. O diagnóstico situacional também considerou o aumento de casos identificados pela rede intersetorial e à persistência da subnotificação. Tal cenário evidenciou a necessidade de institucionalizar fluxos, qualificar práticas e fortalecer a atuação intersetorial, com vistas à garantia da proteção integral e o fortalecimento da corresponsabilidade entre os setores da rede. Em resposta a essas demandas, instituiu-se, por meio de normativa, um protocolo que articula formação continuada, padronização de fluxos e apoio técnico às escolas. Paralelamente, regulamentou-se a participação dos gestores escolares nas reuniões da Rede Intersetorial, ampliando o diálogo entre Educação, Saúde, Assistência Social e Sistema de Justiça. Para tanto, foram realizados encontros formativos, a fim de qualificar os profissionais para a identificação de sinais de violência, escuta qualificada, registro por meio da ficha de revelação espontânea e fluxos de encaminhamento. Como resultados, destacam-se o aumento das notificações qualificadas e a intensificação da participação das escolas em reuniões interssetoriais. A experiência contribuiu para a consolidação de uma cultura

institucional de proteção integral, reafirmando o papel da escola como espaço estratégico de cuidado, escuta e garantia de direitos de crianças.

Palavras-chave: Intersectorialidade. Educação Integral. Revelação Espontânea.

Referências Bibliográficas:

ASSIS (SP). Secretaria Municipal da Educação. **Instrução Normativa nº 7, de 19 de maio de 2025**: institui ação de intersectorialidade na educação municipal de Assis. Assis, SP, 2025. Disponível em: <https://educacao.assis.sp.gov.br/uploads/legislacao/5198326052025135044.pdf>. Acesso em 14 abr. 2026.

ASSIS (SP). Secretaria Municipal da Educação. **Instrução Normativa nº 8, de 19 de maio de 2025**: institui e normatiza o Protocolo de Atendimento em casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças regularmente matriculadas na Rede Municipal de Educação de Assis e dá outras providências. Assis, SP, 2025. Disponível em: <https://educacao.assis.sp.gov.br/uploads/legislacao/1855726052025135452.pdf>. Acesso em 14 abr. 2026.

MUSSI, Ricardo Fraklin de Freitas; FLORES, Fabio Fernandes; ALMEIDA, Cláudio Bispo de. **Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico**. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60–77, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/9010> . Acesso em: 17 abr. 2026.